

TERMO DE REFERÊNCIA

05-2024/GAPRO/DT

AQUISIÇÃO DE TRILHOS TR-57 – STU REC

GERÊNCIA GERAL DE COORDENAÇÃO E PROGRAMAS - GAPRO

I





1 IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE	3
2 DEFINIÇÃO DO OBJETO	3
3 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO	4
4 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E NORMAS APLICÁVEIS	5
5 ESTIMATIVA DE PREÇO	6
6 RESPONSABILIDADES DAS PARTES	7
7 CRONOGRAMA FÍSICO DE FORNECIMENTO	10
8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO	11
9 CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA	13
10 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	14
11 REGIME DE EXECUÇÃO	14
12 CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÃO	14
13. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	15
14. CRITÉRIOS PARA REAJUSTAMENTO	18
15. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA	18
16. PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	18
17. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE COOPERATIVA	19
18. INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO	19
19. MATRIZ DE RISCOS	19
20. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE	20
21. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	20
22. DISPOSIÇÕES GERAIS	20

TERMO DE REFERÊNCIA

1 IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. A CBTU possui projetos executivos para a recuperação e modernização de seus sistemas de trens de passageiros em Maceió, Natal, João Pessoa e Recife, que visam transformá-los em sistemas estruturadores de um novo plano de transportes para as respectivas regiões urbanas, tornando-os mais eficientes e aproveitando as suas potencialidades de transporte de média capacidade. Na recuperação do sistema, a substituição dos trilhos é essencial para garantir segurança aos passageiros e garantir a durabilidade do material rodante.

1.2. ^{PRESID-RDC, PRESIDENTE, CON-GERAL, DIVULGA I e II e COMPRAS.} Estar com os trilhos já disponíveis para utilização na Superintendência de Recife, ou seja, estar com os trilhos comprados e entregues, é um fator crucial para a contratação das obras de recuperação e expansão, visto que o processo de aquisição dos trilhos demanda um longo período de tempo. Adquirir os trilhos após a contratação de obras na via gerará atrasos e paralisações indesejáveis.

2 DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. O presente Termo de Referência, doravante denominado tão somente TR, **tem por objeto abertura de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de trilhos ferroviários para aquisição de 2.032,01 TON de Trilhos TR-57** (massa nominal de 56,90 kg/m), novos, fabricados e ensaiados de acordo com a ABNT NBR 7590:2012. A composição química, o limite de resistência e o alongamento devem obedecer a qualidade do aço Tipo 3A ou superiores, à exemplo das especificações definidas na norma americana AREMA.

2.2. O objeto destina-se aos sistemas de Trens Urbanos de Recife da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

2.3. Conforme item 10 do Estudo Técnico Preliminar nº 005-2024/GAPRO/DT, e considerando a natureza da contratação pretendida, o objeto pode ser caracterizado como **BEM COMUM**, nos termos do art. 113 do RILC-CBTU, combinado com o art. 3º, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019.

2.4. Será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme lei Nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e decretos que regulamentam o registro de preços na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Bem como o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (RILC/CBTU), conforme o Art. 181 do RILC/CBTU, visto que esta contratação se enquadra nas seguintes hipóteses: “I - quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações requentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; e III – quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de uma área ou Unidade Administrativa da CBTU. O prazo de validade da Ata de

Registro de Preços não será superior a 12 meses, incluídas eventuais prorrogações, nos termos do Art 189 do RILC.

- 2.5. Conforme Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - RILC/CBTU, Art 189, “o prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações (...)”.

3 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Apesar das dificuldades orçamentárias, continuam sendo executadas ações que possibilitam manter o sistema em operação com o mínimo de segurança, porém não atendendo em sua plenitude as ações necessárias para a recuperação dos sistemas.
- 3.2. Os trilhos estão propensos a sofrer com desgastes ao longo do tempo. As realizações de constantes manobras durante o percurso do trem geram altas pressões nas partes curvilíneas e retilíneas da plataforma e diversos problemas, dentre eles, o prejuízo à durabilidade do material.
- 3.3. O desgaste é decorrente da ação mecânica entre a roda e o trilho, que podem ou não possuir a mesma dureza. A rapidez com que surge o desgaste é função do raio das curvas e do peso da carga transportada pelos veículos. Definiu-se ainda uma variável denominada desgaste específico como sendo a razão entre a área consumida do boleto e a unidade de massa bruta circulada sobre o mesmo. O limite geralmente estabelecido para o desgaste é de 25% da área total do boleto (seção transversal).
- 3.4. Portanto é possível pontuar os principais fatores que influenciarão diretamente na durabilidade dos trilhos:
- Intensidade de tráfego;
 - Peso em ton./eixo do material rodante;
 - Geometria da via permanente (raios de curvas, rampas e demais elementos de geometria);
 - Condições de manutenção da via permanente (estado de socaria, desnivelamento, desalinhamento e periodicidade de manutenção).
- 3.5. Especificamente, nas linhas férreas da CBTU, atualmente existem sistemas com trilhos que foram instalados há cerca de 30 anos e já evidenciam desgastes excessivos e indicativos de troca, assim como foi instruído no Pregão Eletrônico Internacional de nº 004-2021/GALIC/AC/CBTU que tratou de aquisição de trilhos. Nota-se também que o inadequado estado de conservação da via permanente e falta de manutenção dos trilhos desencadeiam consequências como: redução da vida útil dos trilhos, aumento de desgaste do material rodante, aumento do desgaste dos sistemas diretamente ligados à superestrutura, redução de velocidade do material rodante e queda de produção operacional.
- 3.6. De acordo com o PIM01-DNIT o trilho constitui o elemento principal da estrutura da via permanente e deve cumprir os propósitos de acordo com:
-

- Resistir diretamente às tensões que recebe do trem e transmiti-las aos outros elementos que compõem a estrutura da via (fixações do trilho, placa de apoio, dormente, lastro e sublastro);
- Realizar a orientação das rodas dos veículos ferroviários, em seu movimento;
- Servir de condutor da corrente elétrica para a sinalização e a tração nas linhas eletrificadas.

3.7. A presente contratação visa a aquisição de trilhos que serão utilizados na manutenção de via permanente, onde serão realizadas as substituições dos trilhos existentes que se encontram desgastados (conforme definição acima). Parte dos trilhos também será utilizada na duplicação e ampliação de alguns trechos, visando a eficiência operacional e a segurança no tráfego ferroviário. Faz-se importante também manter uma reserva técnica de trilhos de forma atender às necessidades de manutenção preventiva e corretiva das vias permanentes. A tabela abaixo discrimina o quantitativo e aplicação na superintendência.

STU SOLICITANTE	PESO TOTAL (TON)	JUSTIFICATIVAS/APLICAÇÃO
RECIFE	2.032,01 TON (35,712 Km de trilhos)	A necessidade de aquisição de trilhos TR-57 apresentada neste tem por objetivo a substituição de antigos trilhos nas linhas Sul e Centro da CBTU Recife. Nas linhas citadas os trilhos em curvas apresentam desgastes superiores à 25% da área do boleto, ou seja, acima do permitido. Ficando, assim, com risco de fragilidade em sua seção. O percentual limite para desgastes na área do boleto do trilho para o transporte de passageiros, segundo as normas e literaturas, é de 25% da área do boleto. Limite este que já foi ultrapassado por 2.032,01 TON (35,712) Km de trilhos.

- 3.8. Para determinar a Reserva Técnica de 10% foram consideradas a expertise do setor de manutenção da via permanente e a dificuldade de adquirir trilhos de forma rápida para eventuais manutenções emergenciais, devido o mesmo ser produto de importação.
- 3.9. Manter trilhos disponíveis para utilização nas respectivas Superintendências, ou seja, estar com os trilhos comprados e entregues, é fator crucial para a contratação das obras de recuperação e expansão, visto que o processo de aquisição dos trilhos demanda um longo período de tempo. Adquirir trilhos após a contratação de obras na via poderá gerar atrasos e paralisações indesejáveis.

4 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E NORMAS APLICÁVEIS

- 4.1. Indicaremos a seguir, as Especificações e Instruções de Serviços de forma a nortear o referido fornecimento, uniformizando as propostas apresentadas, permitindo desta forma uma análise mais criteriosa das mesmas.
- 4.2. A Contratada deverá observar integralmente as Especificações de Serviços Via Permanente – EMVP/16 da CBTU, Anexo V deste Termo de Referência ou obtida através do link: <https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/manutencao-metroferroviaria/especificacaomaterial>

Deverão ser observadas, também, as Normas da ABNT e outras normas internacionais citadas na EMVP/16 da CBTU;

As Normas Regulamentadoras de Segurança – NR's – em vigor no Brasil e a legislação de Meio Ambiente (Lei 6.938/81) deverão ser consideradas e atendidas;

A contratada deverá verificar o Procedimento de Inspeção de Materiais – PIMs. PIM 01 – Trilho para Linha Férrea disponível em <https://www.gov.br/dnit/pt-br/ferrovias/instrucoes-e-procedimentos/procedimentos-para-inspecao/pim-001-trilho-para-linha-ferrea.pdf>;

Ademais, também deverão ser observadas a Lei nº 13.303/2016 e o Regulamento Interno de Licitações e Contratações - RILC-CBTU.

Link para acesso RILC CBTU:
https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/geste/contratosgeris/rilc-cbtu_-_rev.03_-_jan-21_-_rpr_346-20.pdf

- 4.3. Os trilhos serão fornecidos em barras de 12 metros de comprimento. Os trilhos devem estar isentos de defeitos ou fendas de qualquer espécie, devendo também ser retilíneos e de seção uniforme em todo seu comprimento.
 - 4.4. Os trilhos devem ser marcados conforme ABNT NBR 7590:2012.
 - 4.5. Os trilhos deverão ser fornecidos com dois furos circulares nas dimensões indicadas na EMVP/16 em ambas as extremidades.
 - 4.6. Os trilhos deverão ser manuseados com cuidado para que não se danifiquem, nos embarques e desembarques, tanto para o transporte terrestre (carretas) ou marítimo (navios).
 - 4.7. Os trilhos só poderão ser embarcados fora do país, após o devido recebimento do CERTIFICADO DE APROVAÇÃO e a devida aceitação do mesmo pela CBTU.
 - 4.8. Todos os serviços e fornecimento dos materiais deverão ser executados de forma a atender às Normas Técnicas Brasileiras (ABNT), as exigências e Especificações e Instruções de serviços explicitadas neste Termo de Referência.
-

5 ESTIMATIVA DE PREÇO

5.1. O total estimado para a aquisição, considerando o preço da tabela de referência SICRO - Janeiro/2024, na respectiva região, segue apresentado na tabela abaixo:

Trilho TR57 em aço-carbono - C = 12 m							
CBTU	Local de entrega	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Total (TRUNCADO 2 casas, recomendação TCU)	Referência de precificação	codigo ref
STU-REC	Recife	2032,01	Ton	R\$ 15.433,20	R\$ 31.360.416,73	sicro3 - 01-2024	M2202
	SOMA	2032,01		SOMA	R\$ 31.360.416,73		

6 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

- A. A contratação pretendida visa atender demanda da Superintendência Regional Recife, justificada nos termos do item anterior, em razão dos desgastes naturais sofridos pelos trilhos.
- B. Nesse contexto, foi determinado pela Diretoria Executiva da CBTU que as gerências da Diretoria Técnica auxiliassem à superintendência regional, com vistas a conferir celeridade e eficiência às contratações compartilhadas.
- C. Área Técnica: Gerência Técnica de Engenharia Civil – GEENG/GAESP/DT;
- D. Área Cliente: Coordenação Operacional de Via Permanente – STU/REC;
- E. Área Demandante: Gerência Geral de Programas – GAPRO/DT;
- F. Área Supervisora (Responsável): Diretoria Técnica – DT

6.1 Obrigações da CONTRATADA

- 6.1.1. Nenhuma alteração poderá ser feita pela CONTRATADA aos termos e unidades adotadas neste documento, sob a alegação de insuficiência de dados ou informações sobre o fornecimento e os serviços de transporte, carga e descarga dos materiais, empilhagem, como também as condições existentes nos locais de entrega.
- 6.1.2. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no TR, nos seus anexos e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega do objeto.

- 6.1.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste TR, e na proposta aceita pela CBTU, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de validade, bem como a garantia.
- 6.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990 e Art. 76 da Lei 13.303, de 2016).
- 6.1.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste TR ou em outro acordado com a gestão e fiscalização do Contrato, o objeto com avarias ou defeitos.
- 6.1.6. Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, comprovando a impossibilidade; assim como comunicar através dos telefones (81) 3972-8972 e 3972-8919.
- 6.1.7. Manter, durante o fornecimento do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, da proposta e de qualificação.
- 6.1.8. Fornecer o objeto desta contratação dentro dos melhores padrões de qualidade, seguindo as especificações contidas neste TR e os normativos aplicados à fabricação do objeto do Instrumento Contratual.
- 6.1.9. Atender às observações e reclamações da fiscalização da CONTRATANTE, concernentes ao fornecimento e execução do objeto.
- 6.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as leis Federais, Estaduais e Municipais e inclusive os regulamentos, normas, instruções e diretrizes que lhe forem aplicáveis e necessários ao seu funcionamento como empresa, além da obtenção de todas as licenças, alvarás e autorizações relacionadas direta ou indiretamente ao fornecimento contratado e ao exercício de suas atividades nas jurisdições em que os mesmos acontecem.
- 6.1.11. Todas as despesas de Contrato, Seguros (inclusive de variação cambial), Leis Sociais, INSS, e outras que incidirem sobre o fornecimento, equipamentos e pessoal, serão de inteira responsabilidade da Contratada.
- 6.1.12. Será de responsabilidade exclusiva da Contratada a indenização de quaisquer acidentes de trabalho, resultante de execução dos serviços contratados, ou qualquer caso fortuito. Será também de sua responsabilidade a eventual destruição ou danificação, por terceiros, dos serviços executados, até a aceitação definitiva dos mesmos, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos em via pública.
- 6.1.13. A Contratada deverá arcar com as despesas de contratação de empresa Certificadora, previamente aprovada pela CBTU, que atuará fiscalizando todo o processo de execução dos serviços desde o início até
-

o término dos trabalhos, tendo livre acesso a qualquer documentação referente a estes serviços e às instalações do fabricante.

6.1.14. Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

6.1.15. A CBTU não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto deste TR, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.1.16. Durante toda a execução do Contrato a CONTRATADA se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela CBTU;

6.1.17. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à CONTRATADA, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao Gestor do Contrato.

Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

Código de Conduta e Integridade:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf; e

Política de Transações com Partes Relacionadas:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf.

6.1.18. Deverão constar na proposta de preços apresentada todas as taxas, impostos e tributos que deverão fazer parte do preço final do objeto desta Licitação.

6.1.19. A contratada deverá observar os itens referente às obrigações da contratada que consta no Edital.

6.2. Obrigações da CONTRATANTE

6.2.1. Exercer ampla fiscalização durante o fornecimento, devendo a mesma ou qualquer preposto por ela autorizado, ter acesso às instalações da CONTRATADA a qualquer tempo.

6.2.2. Fiscalizar a execução do contrato de acordo com o especificado e notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na fabricação, transporte e entrega do material.

6.2.3. Promover através de seu representante (FISCAL-CBTU e GESTOR-CBTU), o acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e



comunicando à CONTRATADA as ocorrências e quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

- 6.2.4. Solicitar da CONTRATADA e de seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
 - 6.2.5. Emitir pareceres em todos os atos da Administração, relativos à execução do Contrato e, em especial, na aplicação de sanções, alterações e repactuações do Contrato;
 - 6.2.6. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido e/ou nos serviços prestados, para que sejam substituídos e/ou reparados e/ou corrigidos.
 - 6.2.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto desta contratação, nos prazos e formas estabelecidos neste TR e seus anexos.
 - 6.2.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos.
 - 6.2.9. Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à CONTRATADA, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação ao objeto contratado.
 - 6.2.10. A CONTRATANTE deve comunicar tempestivamente à CONTRATADA qualquer alteração em relação à mudança do endereço de entrega.
 - 6.2.11. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - 6.2.12. A CONTRATANTE deverá aprovar a Certificadora apresentada pela CONTRATADA.
 - 6.2.13. Promover o arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do objeto desta contratação.
 - 6.2.14. Expedir, após o encerramento do Contrato, o respectivo Termo de Encerramento, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato, providenciando a correta assinatura pelas partes contratantes, observadas as normas internas da CBTU.
-

7 CRONOGRAMA FÍSICO DE FORNECIMENTO

7.1 O cronograma físico de fornecimento relativo a esta contratação consta em ANEXO do presente TR.

8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 8.1. A CONTRATADA deverá, em até 10 dias corridos após a assinatura do contrato, apresentar a Certificadora que irá trabalhar na verificação dos trilhos, que deverá ser aprovada pela CBTU.
 - 8.2. Serão avaliadas para aprovação pela CBTU, Certificadora com abrangência internacional, apresentando para isso, atestados que comprovem que a instituição trabalhou certificando objetos similares ao objeto dessa contratação, isto é, certificação de ensaios de fornecimento de trilhos para utilização metroferroviária.
 - 8.3. Após a aprovação pela CBTU, deverá ser apresentada comprovação de contratação da Certificadora escolhida em até 5 dias úteis. A CBTU somente emitirá a Ordem de Execução após a contratação da certificadora.
 - 8.4. A Contratada deverá arcar com as despesas de contratação de empresa Certificadora, previamente aprovada pela CBTU, que atuará fiscalizando todo o processo de execução dos serviços desde o início até o término dos trabalhos, tendo livre acesso a qualquer documentação referente a estes serviços e às instalações do fabricante
 - 8.5. Escolhida a Certificadora, esta apresentará para análise e aprovação da CBTU, o resultado dos testes feitos para o primeiro lote de trilhos. Caso este lote seja reprovado, a contratada deverá providenciar o cronograma para execução de outro lote, que deverá ter concordância da CBTU, para uma nova avaliação.
 - 8.6. A reincidência de recusa do segundo lote implicará em rescisão do contrato por parte da CBTU.
 - 8.7. Deverão ser acompanhados pela Certificadora os ensaios de todos os lotes de fabricação dos trilhos. Os relatórios deverão ser apresentados nos idiomas inglês e português. Caso haja rejeição de algum lote, a Contratada deverá submeter outro lote para testes em substituição ao lote rejeitado.
 - 8.8. Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.
-

- 8.9. Deverão constar na proposta de preços apresentada todas as taxas, impostos e tributos que deverão fazer parte do preço final do objeto desta Licitação.
- 8.10. A contratada deverá observar os itens referentes às obrigações da contratada que consta no Edital.
- 8.11. A liberação para embarque dos trilhos dar-se-á após a execução de todas as verificações, ensaios e contra-ensaios sob a supervisão da Certificadora e mediante o aceite e liberação do embarque pela fiscalização da CBTU.
- 8.12. Os trilhos deverão ser carregados e transportados em amarrados com placas metálicas de identificação de modo que cheguem ao local de entrega em perfeitas condições. A Contratada poderá sugerir, opcionalmente, outro tipo de embalagem, desde que, então, explicitamente detalhadamente em sua proposta o tipo de amarrado ou embalagem a ser utilizada, para que o mesmo possa ser analisado e, se for o caso, aprovado pela CBTU.
- 8.13. A responsabilidade pela carga, descarga e empilhamento do material é exclusiva da Contratada, cabendo ao responsável pelo almoxarifado da CBTU a conferência das quantidades e verificação da existência de possíveis danos ocorridos durante a carga, transporte e/ou descarga.
- 8.14. Na ocorrência de danos no material, este pode ser recusado pelo responsável pelo recebimento, lavrando no ato um Termo de Não Recebimento de Material, onde será discriminado a quantidade e o motivo do não aceite.
- 8.15. A aceitação final somente será concretizada após todos os reparos e correções necessárias exigidas pela fiscalização, e mediante a emissão pela CBTU dos Termos de Recebimento Definitivo. Não haverá recebimento provisório ou parcial.
- 8.16. Serão medidos e pagos os quantitativos previamente aprovados, fornecidos e entregues nos locais indicados pela Fiscalização em cada uma das cidades descritas neste Termo, após a atestação da qualidade e estado dos trilhos entregues, e emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo da remessa.
- 8.17. Prazo de execução: O material deverá ser fornecido no prazo de 180 dias contatos a partir do recebimento da Ordem de Execução emitida pela CBTU.
- 8.18. Local de entrega: Os trilhos deverão ser entregues no local determinado pela Ordem de Execução emitida pela CBTU. O endereço de entrega encontra-se discriminado abaixo:

UNIDADE	ENDEREÇO
---------	----------



STU Recife

Rua Curumirim s/n, Pontezinha, Cabo de Santo Agostinho - PE. CEP: 54589-015

8.19. Horário para recebimento do objeto: A entrega poderá ser feita no horário de 8h30min às 11h30min e de 13h30min às 16h00min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. Caso seja interesse da CONTRATADA, poderá ser feito contato prévio através dos telefones (081) 3972-8972 e 3972-8919 para agendamento da entrega.

9 CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA

- 9.1. O critério de escolha da proposta vencedora será o de **MAIOR DESCONTO**, desde que a proposta e sua apresentação atendam a todos os requisitos exigidos por este TR e pelo Edital.
- 9.2. O critério de "maior desconto" deverá contemplar e ser igual para todos os itens constantes na planilha do ANEXO III.
- 9.3. No valor total da proposta deverão estar incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa execução dos fornecimentos contratados, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de quaisquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis à perfeita execução e pleno desenvolvimento dos fornecimentos, assim como o lucro da CONTRATADA.
- 9.4. A proposta deverá ser enviada em papel timbrado da empresa, contendo obrigatoriamente as seguintes informações:
- a) Nome da empresa (Razão Social);
 - b) Endereço;
 - c) CNPJ;
 - d) Telefone e/ou e-mail;
 - e) Validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;
 - f) Condições de pagamento em até 30 (trinta) dias após entrega da nota fiscal;
 - g) Forma de envio (CIF);
 - h) Prazo de execução conforme o cronograma;
 - i) Prazo de garantia;
 - j) Impostos incluídos;
 - k) Assinatura do responsável pela elaboração da proposta com CPF e RG;
 - l) Inclusão dos Dados Bancários para pagamento.
- 9.5. A forma de envio dos trilhos deverá ser CIF (*Cost, Insurance and Freight*), ou seja, a PROPONENTE é responsável por todos os custos e riscos desde o recolhimento na Superintendência e sua devolução após execução do serviço.



- 9.6. Os preços das propostas deverão ser expressos em moeda corrente nacional (real) e ser firmes e irreajustáveis, e deverão incluir os valores do IPI, do ICMS e outros impostos que vierem a incidir no preço final.
- 9.7. O PROPONENTE que não esteja localizado no Estado de Pernambuco deverá observar o recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS ANTECIPADO que se aplica às mercadorias vindas de outros Estados (quando for o caso).

10 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 10.1 O licitante deverá apresentar um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica em papel timbrado, assinado(s) por responsável em nível equivalente a Superintendente ou Diretor ou ocupante de cargo com poderes de administração (gerente, chefe de departamento, divisão), emitido(s) em nome da empresa proponente, empresa pública ou privada, que comprove(m) aptidão para o fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação.
- 10.2 Obrigatoriamente o(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar, individualmente ou em conjunto, o fornecimento de trilhos (exemplos: TR-57, TR-45, TR-68, UIC-54, UIC-60), podendo ser aceita qualidade equivalente ao padrão STANDART estabelecido na Norma AREMA para utilização em sistemas metroferroviários, em quantidade igual ou superior a 10% do total do item pretendido constante do presente neste Termo de Referência.

11 REGIME DE EXECUÇÃO

- 11.1 O regime de contratação será de empreitada por preço unitário.

12 CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório principal que são os trilhos, por se tratar de um fornecimento de bens.
- 12.2. Será admitida a subcontratação para serviços acessórios à exemplo de carga, descarga, manobra, empilhamento, etc.
- 12.3. Será admitida a formação de consórcio.
- 12.4. Pessoas Jurídicas organizadas em consórcio deverão observar:
- I - Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
-

II - Indicação da pessoa jurídica responsável pelo consórcio, que deverá atender às condições de liderança fixadas no instrumento convocatório; e

III - Apresentação dos documentos exigidos no instrumento convocatório quanto a cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

IV - Comprovação de qualificação econômico-financeira, mediante:

- a) Apresentação do somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, com um acréscimo de 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para LICITANTE individual; e
- b) Demonstração, de cada consorciado, do atendimento aos requisitos contábeis definidos no instrumento convocatório.

Os documentos relacionados nos subitens I e II adiante deverão fazer constar obrigatoriamente cláusula de responsabilidade solidária entre todos os consorciados:

I - No compromisso de constituição de consórcio a ser firmado pelos LICITANTES; e

II - No contrato a ser celebrado pelo consórcio vencedor.

O Consórcio vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, o registro do compromisso de constituição no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, na forma da lei, tendo em vista o disposto no inciso I do subitem anterior.

A substituição de consorciado no decorrer do processo licitatório ou após a assinatura do contrato deverá ser expressamente autorizada por escrito pela CBTU.

13. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

13.1. A CONTRATADA prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:

13.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da CBTU, conforme orientação da gestão do contrato;

13.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;

13.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.

- 13.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CBTU o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.
- 13.3. A CONTRATADA poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da CBTU, mediante anuência da gestão do contrato.
- 13.4. A garantia prestada assegurará, **qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:**
- 13.4.1. Os prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 13.4.2. Prejuízos causados a administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 13.4.3. As multas sancionatórias aplicadas pela CBTU à CONTRATADA; e
 - 13.4.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela CONTRATADA.
- 13.5. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados no item anterior.
- 13.6. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à CONTRATADA após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.
- 13.7. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a CONTRATADA deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.
- 13.8. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à CONTRATADA.
- 13.9. A CBTU oferecerá modelo de Carta de Fiança, onde constará a renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem previsto no art. 827, nos termos do inciso I, do art. 828, ambos do Código Civil Brasileiro.
- 13.10. À garantia prestada mediante fiança bancária aplica-se, ainda, as regras previstas nos artigos 835 a 839, do Código Civil Brasileiro.
-

- 13.11. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 13.12. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CBTU a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, nos termos do art. 68, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016 e dos artigos 239 e 240, I, do RILC/CBTU.
- 13.13. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela CBTU ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela CBTU, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.
- 13.14. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.
- 13.15. Será considerada extinta a garantia:
- 13.16. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da CBTU;
- 13.17. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a CBTU não comunique a ocorrência de sinistros.
- 13.18. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela CBTU o Termo de Encerramento, cientificando que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 13.19. A CBTU não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
- 13.20. Caso fortuito ou força maior;
- 13.21. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;
- 13.22. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela CBTU;
- 13.23. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da CBTU.
- 13.24. Caberá a própria CBTU apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 13.4.1, 13.4.2, 13.4.3 e 13.4.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela CBTU.
-



- 13.25. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 13.13. desta Cláusula.
- 13.26. Estabelecimento do prazo de garantia de fabricação dos trilhos propriamente ditos; A CONTRATADA deverá manter garantia contra defeitos de fabricação por no mínimo 5 anos, contados a partir da entrega do primeiro lote à CONTRATANTE.

14. CRITÉRIOS PARA REAJUSTAMENTO

- 14.1. A contratada terá direito a reajuste, no caso da proposta que não apresentada em moeda estrangeira, 12 meses, contado a partir da data da apresentação da proposta final adjudicada.
- 14.2. As propostas de preços apresentadas em moeda nacional, poderão ser reajustadas, desde que seja observada a periodicidade anual, aplicando-se a variação do índice de preços ao Produtor Amplo - Indústria de Transformação Metalúrgica Básica, observada a fórmula a seguir:

$$R = P_0 [(I - I_0) / I_0] \text{ sendo:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

P₀ = Valor da medição a ser reajustada;

I = Índice de Preços do Produtor Amplo – Indústria de Transformação Metalúrgica Básica – 1006823, publicado na revista Conjuntura Econômica da FGV, correspondente ao mês de reajuste anual do contrato;

I₀ = Índice de Preços do Produtor Amplo – Indústria de Transformação Metalúrgica Básica – 1006823, publicado na revista Conjuntura Econômica da FGV, correspondente ao mês da data base.

Data Base: data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste.

- 14.3. Tratando-se de contrato celebrado em moeda estrangeira não será aplicável a adoção do índice de reajuste nacional previsto no item 14.2, uma vez que o pagamento se dará com base no valor da moeda estrangeira vigente no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento, nos termos do art. 23-A, § 4º, do RILC-CBTU; hipótese em que restará garantida a manutenção das condições efetivas da proposta apresentada na licitação.
- 14.4. A adoção da regra prevista no item anterior não impede a realização de revisão contratual, objetivando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 81, inciso VI, da Lei nº 13.303/2016; desde que efetivamente demonstrados os requisitos legais pela parte interessada na revisão.
- 14.5. A matriz de riscos definida no Anexo IV é parte integrante deste Termo de Referência e estabelece os riscos e responsabilidades entre as partes e caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

15. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA

- 15.1. **Prazo de execução:** O material deverá ser fornecido no prazo de 6 meses contados a partir do recebimento da OEX (Ordem de Execução).
- 15.2. **A vigência dos contratos:** Abrangerá as etapas de aprovação e recebimentos definitivos conforme previsto no RILC, totalizando 9 meses (detalhado em cronograma físico do CTR).



16. PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 16.1. A Gestão e Fiscalização do objeto desta Licitação serão exercidas por Gestor e Fiscal designados pela CONTRATANTE aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução, bem como dirimir quaisquer dúvidas e pendências, determinando a regularização das falhas mediante preposto da CONTRATADA, com amplos poderes para representá-la formalmente quanto ao objeto do contrato.
- 16.2. A Contratada deverá informar previamente à CBTU sobre o processo de fabricação adotado e as características do aço de acordo com os Itens 1, 2 e 4 deste Termo.
- 16.3. Antes do início dos serviços de laminação a contratada deverá fornecer o cronograma de produção.
- 16.4. A Fiscalização da CBTU reserva-se o direito de pedir o afastamento imediato de qualquer componente da equipe da Contratada que, em sua opinião, esteja prejudicando o bom andamento dos serviços.
- 16.5. A Contratada deverá informar à CBTU com pelo menos 30 dias de antecedência, o dia do início previsto de produção e o respectivo cronograma de produção. Os trilhos deverão ser ensaiados e certificados pela Contratada, conforme descrito no Item 5 da EMVP 16/CBTU anexa a este Termo.
- 16.6. A Contratada deverá arcar com as despesas de contratação de empresa Certificadora, previamente aprovada pela CBTU, que atuará fiscalizando todo o processo de execução dos serviços desde o início até o término dos trabalhos, tendo livre acesso a qualquer documentação referente a estes serviços e às instalações do fabricante.
- 16.7. Caberá à Contratada fornecer todos os meios à execução de inspeção, pelo preposto indicado pela Contratada e previamente aprovado pela CBTU. Todas as despesas decorrentes de ensaios e testes laboratoriais e outros que a CBTU julgar necessários correrão por conta da Contratada, sem ônus para a CBTU. Deverá ser fornecida à CBTU, também sem ônus, sob a forma de certificado, uma via original em inglês e em português de todos os resultados das verificações dos ensaios e contra ensaios.
- 16.8. A Fiscalização da CBTU reserva-se o direito de pedir o afastamento imediato de qualquer componente da equipe da Contratada que, em sua opinião, esteja prejudicando o bom andamento dos serviços.

17. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE COOPERATIVA

- 17.1. Pela natureza da aquisição, não será permitida a participação de sociedade cooperativa.

18. INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO

- 18.1. Considerando que não há demanda por parte da administração pública que justifique a possibilidade de aceitação da participação de outros órgãos no lançamento da Intenção de Registro de Preços (IRP) bem como a possibilidade de adesão posterior ao Sistema de Registro de Preços (SRP) e a respectiva ATA oriunda deste Processo, não será permitida ao Processo Licitatório a aquisição através do Sistema de Registro de Preços (SRP).
-

19. MATRIZ DE RISCOS

- a. A matriz de risco é o instrumento que define as responsabilidades da Contratante e da Contratada na execução do contrato.
- b. A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco - Anexo IV.
- c. A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste, cuja responsabilidade é da Contratante, conforme estabelecido na Matriz de Riscos.
- d. O caso fortuito ou força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência ou que estejam previstos na Matriz de Riscos são de responsabilidade da Contratada;
- e. É vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de eventos alocados na matriz de riscos como de responsabilidade da Contratada.

20. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 20.1. Ao longo da execução de todo o processo objeto desta licitação, devem ser respeitadas toda a legislação aplicável relacionada ao meio ambiente e sustentabilidade conforme abaixo:

> **Resolução CONAMA nº 307/2002** - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, incluindo ações de redução, reutilização, reciclagem e destinação final adequada desses resíduos.

> **Resolução CONAMA nº 448/2012** - Dispõe sobre critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de empreendimentos rodoviários, ferroviários, hidroviários, portuários e aeroviários, incluindo obras de infraestrutura e construção civil associadas a esses empreendimentos.



> **ISO 14001:2015** - Sistemas de gestão ambiental - Requisitos com orientações para uso - Embora não seja uma norma específica para concreto, a ISO 14001 estabelece requisitos para a implementação de um sistema de gestão ambiental, ajudando as organizações a identificar e controlar seus impactos ambientais, incluindo aqueles associados à produção de concreto.

20.2. Durante a entrega no almoxarifado da CBTU, a CONTRATADA deverá seguir as recomendações do Comitê de Sustentabilidade da unidade designada para recebimento do material.

21. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Considerando o Art. 183 do Regulamento Interno de Licitação, Contratação Direta, Contratos e Convênios da CBTU — RILC CBTU, conforme abaixo:

“Art. 183. Na licitação para registro de preço não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.”

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

22.2. CBTU é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados.

22.3. A contratação pretendida reger-se-á, especialmente, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Estatuto Jurídico das Empresas Estatais, pelo Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no que couber; e pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos CBTU, disponível em: https://www.CBTU.gov.br/images/licitacoes/rilc_CBTU.pdf.

22.4. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições constantes neste TR e na legislação pertinente, prevalecerão as disposições legais vigentes; o que poderá, inclusive, dar ensejo a celebração de termos aditivos.



- 22.5. A CONTRATADA se compromete por si, seus empregados e prepostos, a manter a mais estrita confidencialidade, em relação ao conteúdo dos procedimentos e normas da CBTU, ou de qualquer informação que vier a receber, ou que tomar conhecimento, em virtude da presente contratação.
- 22.6. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução dos serviços contratados serão decididos pela CBTU, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC-CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.
- 22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste TR excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CBTU.
- 22.8. As demais formalidades inerentes ao fornecimento do objeto desta contratação deverão estar em conformidade com o Instrumento Contratual.

23 ANEXOS

- Os anexos relevantes e necessários ao TR podem ser obtidos através do link:

<https://drive.google.com/drive/folders/1rHgOuPzoxHKRHVG0X-LKXiyuxylqeraB?usp=sharing>

Brasília, 13 de maio de 2024.

Andre Correa Joia
Analista Técnico – Eng Civil
Adj DT
CBTU/AC

Fabricio Marchito Mendes
Analista Técnico – Arquiteto
GAPRO
CBTU/AC
